GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

RELATÓRIO ANUAL

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

2006

SUMÁRIO

1. Composição do Conselho..... 03
2. Apresentação..... 05
3. Síntese das Atividades Desenvolvidas..... 06
3.1 Evolução das Entradas de Recursos no CERF, por Espécie..... 06
3.2 Movimentação dos Recursos no CERF..... 06
3.3 Quantidade de Recursos Julgados por Espécie - 1.ª e 2.ª Câmaras..... 07
3.4 Resumo Geral de Recursos Julgados..... 07
3.5 Índices de Participação Relativos ao Total de Recursos Julgados - Gráfico 01..... 08
3.6 Valores dos Créditos Tributários Relativos aos Recursos Julgados, por Espécie..... 08
3.7 Recursos Julgados - Evolução Anual de 2002 a 2006..... 09
3.8 Evolução da Quantidade de Recursos Julgados por Ano - Gráfico 02..... 09
3.9 Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão - 1.ª Câmara..... 10
3.10 Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão - 2.ª Câmara..... 10
3.11 Quantidade de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão - Pleno..... 11
3.12 Total de Recursos Julgados por Modalidade de Decisão..... 11
3.13 Comparativo Anual de Recursos Julgados - 2002 a 2006..... 12
3.14 Quantidade de Sessões de Julgamento Realizadas..... 12
3.15 Quantidade de Recursos Distribuídos por Conselheiro..... 13
3.16 Índice de Participação dos Conselheiros nos Recursos Julgados - Gráfico 03..... 14
3.17 Comparativo Anual de Quantidade de Sessões de Julgamento Realizadas..... 15
3.18 Participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual..... 15
3.19 Índice de Participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual - Gráfico 04..... 15
4. Anexos..... 16
4.1 Organograma do CERF..... 17
4.2 Fluxograma do CERF..... 18
4.3 Missão e Atribuições do CERF..... 19
4.4 Assessoria..... 20
4.5 Organograma da Secretaria Executiva do CERF..... 21

1. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

João Antônio Nunes da Silva
Presidente

Wagner Domingos Sancio
Vice-presidente

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO

Secretaria de Estado da Fazenda
Carlos Heugênio Duarte Camisão
Elineide Marques Malini
Francisco de Assis Schwan

Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo
Wagner Domingos Sancio

Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo
Henrique Ângelo Denícoli Júnior

Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo
Waldeque Garcia da Silva

REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO
Francisco Augusto Teixeira de Carvalho

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

Secretaria de Estado da Fazenda
José Adênis Pessin
João Camara Sete Neto
José dos Santos Cruz

Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo
Marco Antônio Ferreira Barcellos

Federação do Comércio do Estado Espírito Santo
Hiara Castro Santos

Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo
Eduardo Antônio Santos Sampaio

REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO
Adriano Frisso Rabelo

CONSELHEIROS SUPLENTES

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda
Adaíso Fernandes Almeida
Miguel Ângelo Pandini
Renato Duia Castello

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo
Dory Edson Marianelli

Representante da Federação do Comércio do Estado Espírito Santo
Tarcísio Alves Rodrigues Pereira

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo
Karla Renata Garcia Braz

REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL- SUPLENTES
Santuzza da Costa Pereira Azeredo
Rodrigo Rabelo Vieira

EQUIPE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

Marialva Vianna Gastalho Amaral - Chefe de Secretaria
José Roberto de Oliveira - Consultor do Executivo -1.ª Categoria
Ângela Maria Zottich Pereira - Auxiliar Administrativo
Cínta Lazara do Carmo Pereira - Estagiária
Ildeu Lopes Machado - Técnico Organizacional Jr.
Ivone Rangel de Andrade Canhamaque - Auxiliar Administrativo
João Vitor Vasconcelos Fadlalah Barreiros - Estagiário
Jacenira Alves de Souza - Auxiliar Administrativo
Rosane Maria Braga dos Santos - Oficial Administrativo
Rosemary Alves Pereira - Estagiária*

*Rescindiu o contrato em 30/04/2006.

2. APRESENTAÇÃO

Temos registrado uma significativa e preocupante redução de recursos remetidos ao Conselho Estadual de Recursos Fiscais - CERF nos últimos anos, conforme se pode verificar na tabela abaixo.

ENTRADAS DE RECURSOS NO CERF			
2003	**2004**	**2005**	**2006**
437	329	156	125

Essa ocorrência, que se vem dando de forma crescente e sistemática, implica uma redução no número de sessões realizadas e, por conseguinte, uma redução no número de recursos julgados, o que é inquietante, já que, a cada ano, diminui ainda mais o número de processos que chegam ao Conselho. Essa inquietação, que vem sendo manifestada pelos membros do Conselho, foi, por nós, mencionada no Relatório Anual de 2005, que já enfatizava que o CERF poderia ter julgado, no ano de 2005 (quando foram julgados 333 recursos), até três vezes o número de recursos julgados. Portanto, como essa redução se aprofundou em 2006 (quando foram julgados apenas 151 recursos), verifica-se que, neste ano, o Conselho estava preparado para julgar até sete vezes o número de recursos efetivamente julgados.

Cumpre, a nosso ver, à Secretaria de Estado da Fazenda, como um todo, perquirir acerca dos *gargalos* ou *travas* que impedem o afluxo normal dos processos fiscais, para não somente identificá-los, mas discutir e encaminhar propostas que visem à célere solução dos conflitos, em suma, que visem ao interesse público. Para esta tarefa, colocamo-nos à inteira disposição, com total prioridade.

De qualquer modo, mais uma vez, registramos, também no ano de 2006, absoluta normalidade na tramitação e julgamento dos processos administrativo-fiscais em segunda instância administrativa, conforme detalhado no presente Relatório – nossa Prestação de Contas Anual.

Finalmente, como de costume, queremos agradecer aos membros do Conselho e à nossa equipe de servidores que sempre se empenhou nas suas tarefas, permitindo que os trabalhos se desenvolvessem a contento.

João Antônio Nunes da Silva
Presidente do CERF

3. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006

3.1 EVOLUÇÃO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO CERF POR ESPÉCIE

Ano	Recurso de Ofício	Recurso Voluntário	Recurso Revista	Embargos de Declaração	Total
2002	131	107	-	**-**	**238**
2003	296	151	-	**-**	**447**
2004	99	219	10	01	**329**
2005	61	52	43	-	**156**
2006	66	59	-	-	**125**

3.2 MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS NO CERF

A serem apreciados 31/12/2005	Ingressos	Total	Saídas			Pendentes * 31/12/2006
			Recursos Julgados	Outras	Total	
63	125	188	151	0	151	37

* Situação dos Pendentes: diligência 04; relatados 01; com Procuradores 06; prontos para pauta 03; com Conselheiros 23.

3.3 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

Mês	1.ª CÂMARA			2.ª CÂMARA			PLENO	Total Geral
	De Ofício	Voluntário	Total	De Ofício	Voluntário	Total	Recurso de Revista	
Janeiro	07	01	08	05	01	06	01	**15**
Fevereiro	05	08	13	02	03	05	-	**18**
Março	06	-	06*	07	01	08	02	**16**
Abril	03	08	11	-	03	03	-	**14**
Maio	03	06	09	02	01	03**	-	**12**
Junho	02	-	02	-	04	04	04	**10**
Julho	02	-	02	01	-	01**	-	**03**
Agosto	09*	05	14**	05	06	11**	-	**25**
Setembro	01	01	02	01	02	03	-	**05**
Outubro	03	04	07	03	05	08	-	**15**
Novembro	03	03	06	02	05	07		**13**
Dezembro	01	-	01	-	03	03	01	**05**
TOTAL	**45**	**36**	**81**	**28**	**34**	**62**	**08**	**151**

*02 (dois) processos contendo mais de um recurso.
** 01 (um) processo contendo mais de um recurso.

3.4 RESUMO GERAL DE RECURSOS JULGADOS

Pleno	**08**
Primeira Câmara de Julgamento	**81**
Segunda Câmara de Julgamento	**62**
TOTAL GERAL	**151**

3.5 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO RELATIVO AO TOTAL DE RECURSOS JULGADOS.

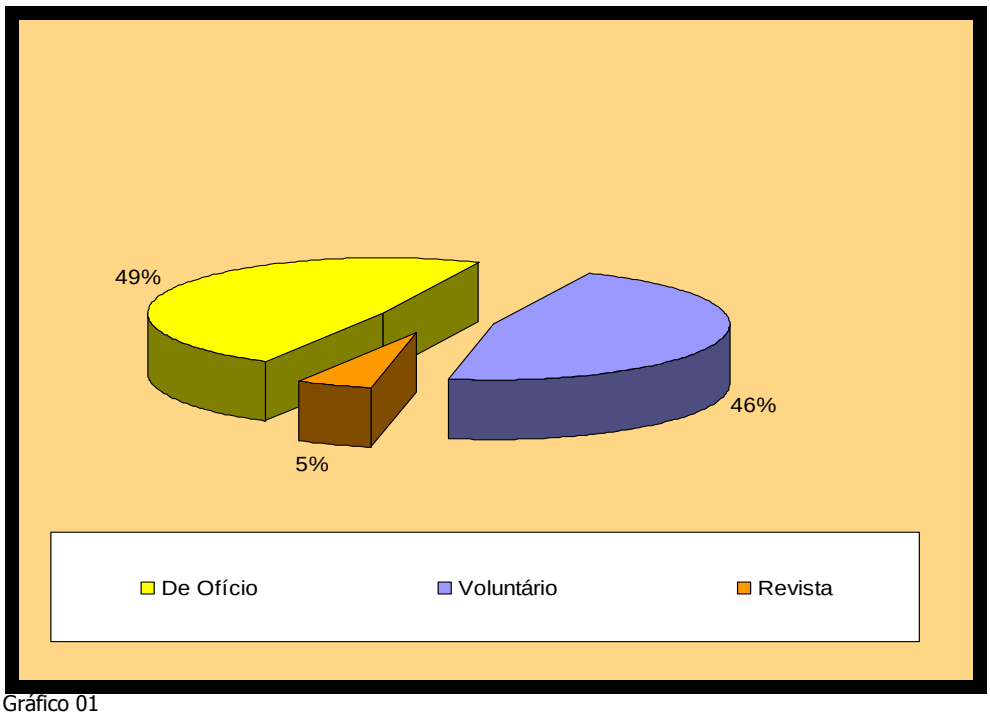


Gráfico 01

3.6 VALORES DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AOS RECURSOS JULGADOS, POR ESPÉCIE (em VRTEs).

1 VRTE = R$ 1,6918

Ano	De Ofício	Voluntário	Revista	Total em VRTE
2006	27.660.658,4825	86.864.761,8062	54.566.261,0115*	**114.525.420,2887**

TOTAL em Reais: R$ 193.754.106,04

* O valor dos Recursos de Revista está contido no valor relativo aos Recursos Voluntários.

3.7 RECURSOS JULGADOS - EVOLUÇÃO ANUAL DE 2002 A 2006.

Ano	Quantidade
2002	557
2003	361
2004	769
2005	333
2006	151*

* **Obs.**: Incluídos 08 Recursos de Revista
Houve uma redução significativa de recursos remetidos ao CERF durante o ano de 2006.

3.8 EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR ANO

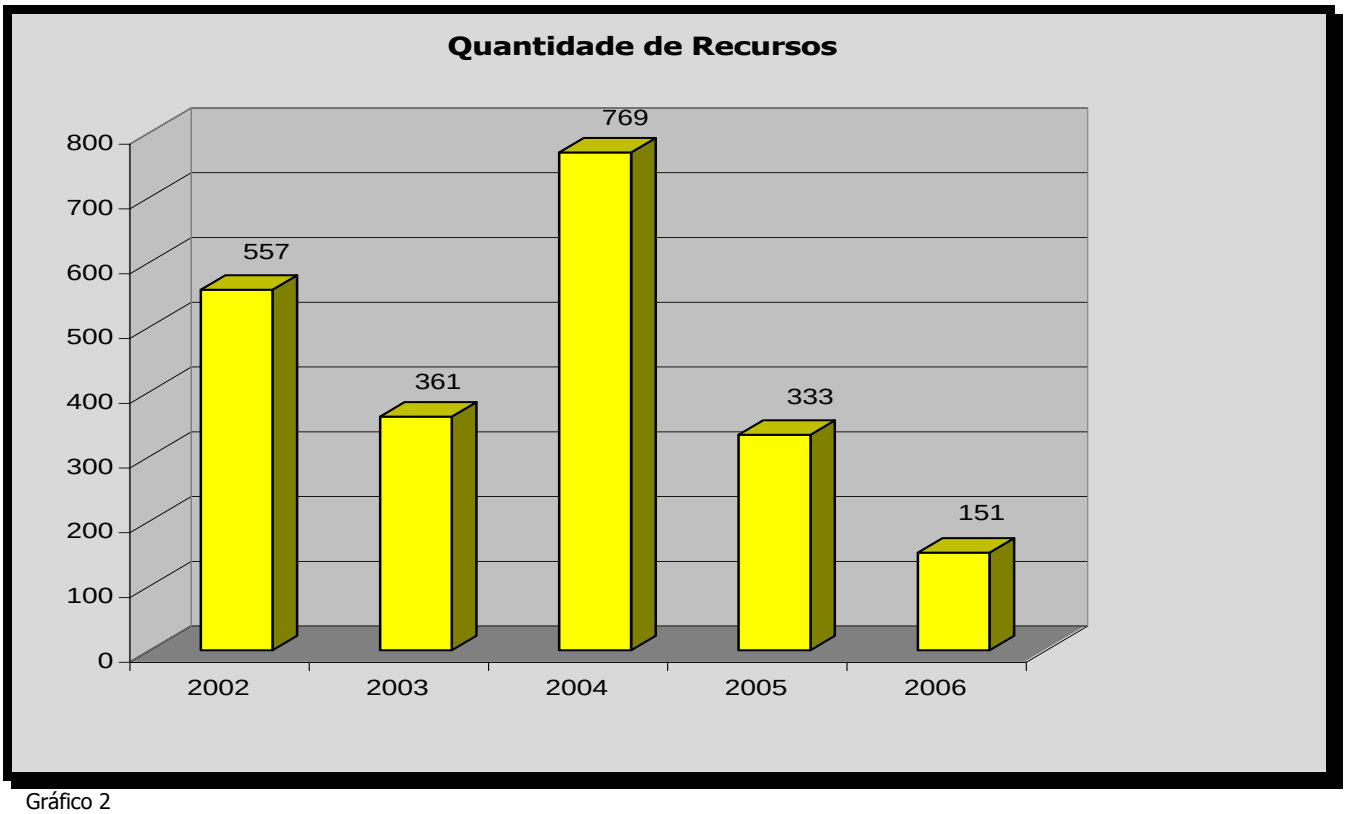


Gráfico 2

3.9 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

PRIMEIRA CÂMARA

Mês	Modalidades				Total
	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de autos de infração	Decisões Anuladas	
Janeiro	-	06	02	-	**08**
Fevereiro	08	04	01	-	**13**
Março	01	05	-	-	**06**
Abril	07	04	-	-	**11**
Maio	03	05	01	-	**09**
Junho	-	01	01	-	**02**
Julho	-	01	01	-	**02**
Agosto	05	08	01	-	**14**
Setembro	01	01	-	-	**02**
Outubro	03	03	-	01	**07**
Novembro	02	03	01	-	**06**
Dezembro	01	-	-	-	**01**
Total	**31**	**41**	**08**	**01**	**81**
%	**38%**	**51%**	**10%**	**1%**	**100%**

3.10 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

SEGUNDA CÂMARA

Mês	Modalidades				Total
	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de autos de infração	Decisões Anuladas	
Janeiro	01	05	-	-	**06**
Fevereiro	03	02	-	-	**05**
Março	02	05	-	01	**08**
Abril	03	-	-	-	**03**
Maio	01	02	-	-	**03**
Junho	04	-	-	-	**04**
Julho	-	-	01	-	**01**
Agosto	06	05	-	01	**12**
Setembro	01	01	-	01	**03**
Outubro	06	01	-	-	**07**
Novembro	05	02	-	-	**07**
Dezembro	02	-	-	01	**03**
Total	**34**	**23**	**01**	**04**	**62**
%	**55%**	**37%**	**2%**	**6%**	**100%**

3.11 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

PLENO

Mês	Modalidades				Total
	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de autos de infração	Decisões Anuladas	
Janeiro	-	-	-	-	
Fevereiro	01	-	-	-	01
Março	06	-	-	-	06
Abril	-	-	-	-	-
Maio	-	-	-	-	-
Junho	-	-	-	-	-
Julho	-	-	-	-	-
Agosto	-	-	-	-	-
Setembro	-	-	-	-	-
Outubro	-	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-	-
Dezembro	01	-	-	-	01
Total	08	-	-	-	08
%	100%	-	-	-	100%

3.12 TOTAL DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

Decisões	1.ª Câmara	2.ª Câmara	Pleno *	Total	%
Subsistentes	31	34	08	73	47%
Insubsistentes	41	23	-	64	44%
Nulidades de Autos de Infração	08	01	-	09	6%
Decisões anuladas	01	04	-	05	3%
TOTAL	81	62	08	151	100%

* Recursos de Revista

3.13 COMPARATIVO ANUAL DE RECURSOS JULGADOS

PERÍODO DE 2002 a 2006

Decisões	2002	%*	2003	%*	2004	%*	2005	%*	2006	%*
Subsistentes	123	**22%**	151	**42%**	271	**35%**	184	**56%**	73	**47%**
Insubsistentes	270	**48%**	183	**51%**	402	**53%**	96	**29%**	64	**44%***
Nulidades de Autos de Infração	162	**29%**	20	**5%**	79	**10%**	43	**13%**	09	**6%**
Decisões Anuladas	02	**1%**	07	**2%**	13	**2%**	10	**2%**	05	**3%**
TOTAL	**557**	**100%**	**361**	**100%**	**769**	**100%**	**333**	**100%**	**151**	**100%**

* Colunas acrescentadas por sugestão do gerente da GEFAZ-M em 05.05.2006.
* Deve-se enfatizar que 49% dos recursos são de ofício, portanto, julgados em 1.ª Instância contrariamente ao Fisco.

3.14 QUANTIDADE DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS

Mês	1.ª Câmara	2.ª Câmara	Pleno	Total
Janeiro	05	02	02	**09**
Fevereiro	04	02	01	**07**
Março	02	03	02	**07**
Abril	04	01	-	**05**
Maio	02	01	01	**04**
Junho	02	01	01	**04**
Julho	01	01	-	**02**
Agosto	05	05	-	**10**
Setembro	02	01	-	**03**
Outubro	04	04	-	**08**
Novembro	02	02	-	**04**
Dezembro	01	01	01	**03**
TOTAL	**34**	**24**	**08**	**66**

*Houve uma redução significativa de recursos remetidos ao CERF durante o ano de 2006.

3.15 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO

Conselheiro	Recursos Distribuídos
Adaíso Fernandes Almeida *	04
Carlos Heugênio Duarte Camisão	18
Dory Edson Marianelli*	04
Elineide Marques Malini	28
Eduardo Antônio Santos Sampaio	10
Francisco de Assis Schwan	22
Henrique Ângelo Denícoli Júnior	12
Hiara Castro Santos	23
João Camara Sete Neto	14
José Adênis Pessin	12
José dos Santos Cruz	17
Karla Renata Garcia Braz*	-
Marco Antônio Ferreira Barcellos	09
Marcelo Castro Queiroz*	01
Miguel Ângelo Pandini*	-
Renato Duia Castello*	05
Tarcísio Alves Rodrigues Pereira*	-
Wagner Domingos Sancio	22
Waldeque Garcia da Silva	08
TOTAL	**209**

Notas:

1. Considerou-se, também, distribuídos os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

* Conselheiros suplentes

3.16 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS NOS RECURSOS JULGADOS - 2006

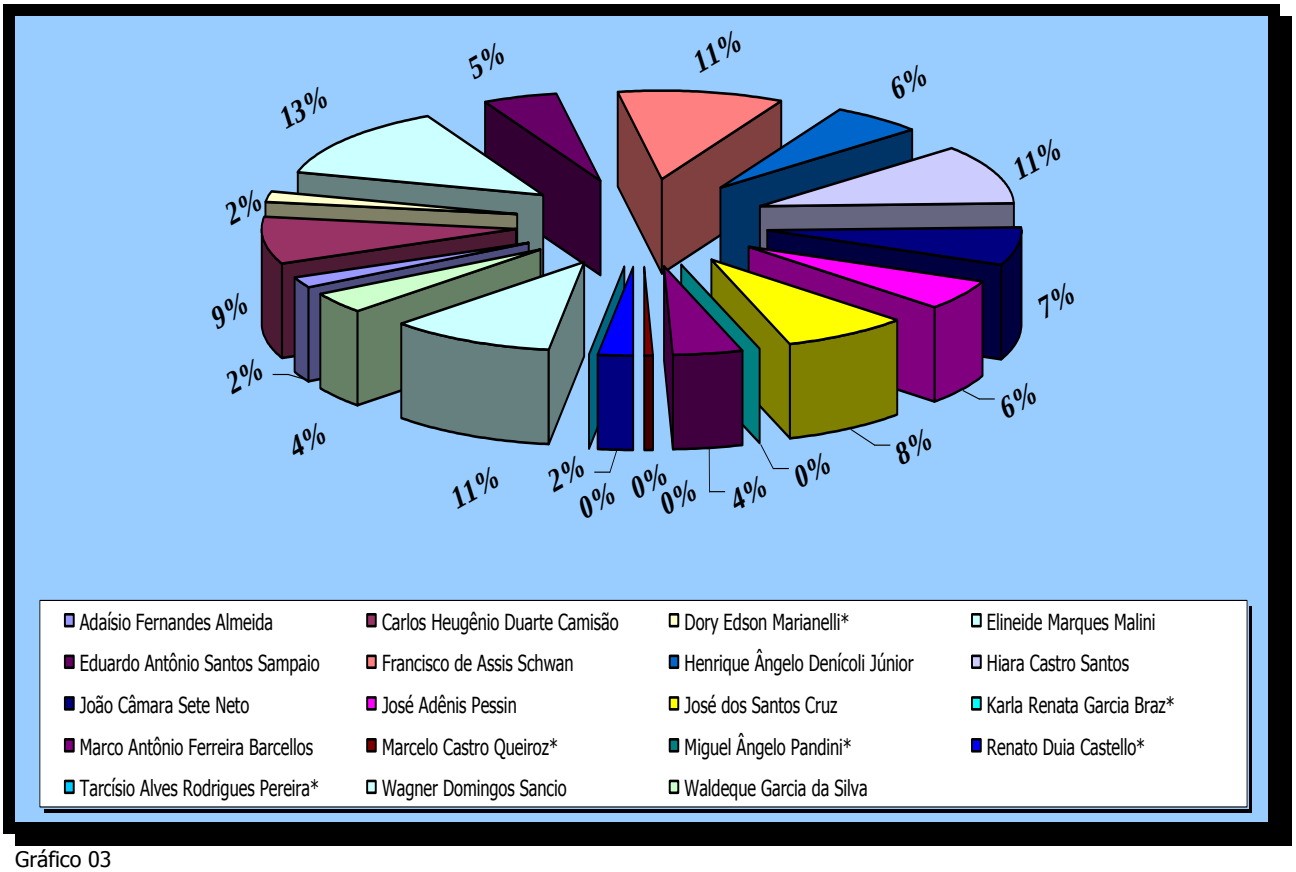


Gráfico 03

Notas:

1. Considerou-se, também, distribuídos os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo Conselheiro, por dependência.

3.17 COMPARATIVO ANUAL DE SESSÕES DE JULGAMENTOS REALIZADAS

Ano	Antes Reestrutura-ção CERF	Quantidade			
		1.ª Câmara	2.ª Câmara	Pleno	Total
2002	57	-	-	-	**57**
2003	63	-	-	-	**63**
2004	48	41	43	11	**143**
2005	-	47	42	13	**102**
2006	-	34	24	08	**66**

3.18 PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

Procurador do Estado	N.º de Sessões	Recursos Distribuídos	Recursos Apreciados
Adriano Frisso Rabelo	28	86	83
Francisco Augusto Teixeira de Carvalho	35	71	68
Total	**63**	**157***	**151**

* Considerou-se, também, distribuídos os processos objetos de pedido de vista, diligências, recursos de revistas e respectivos retornos.

3.19 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL- 2006.

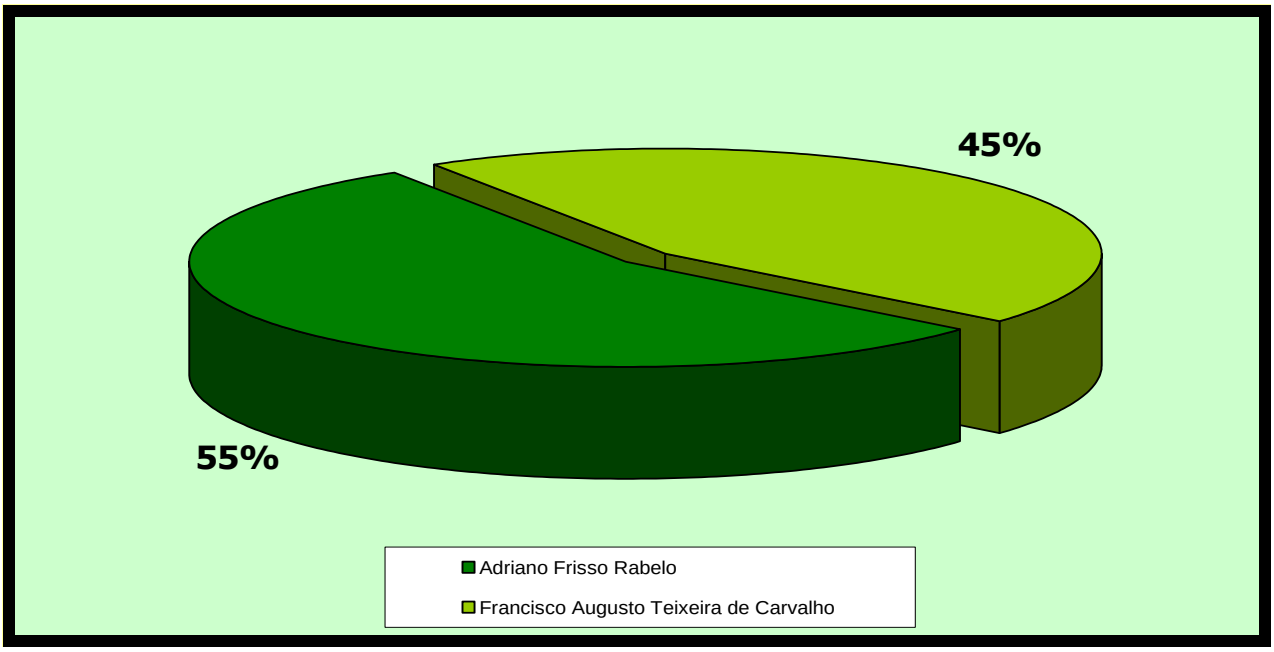
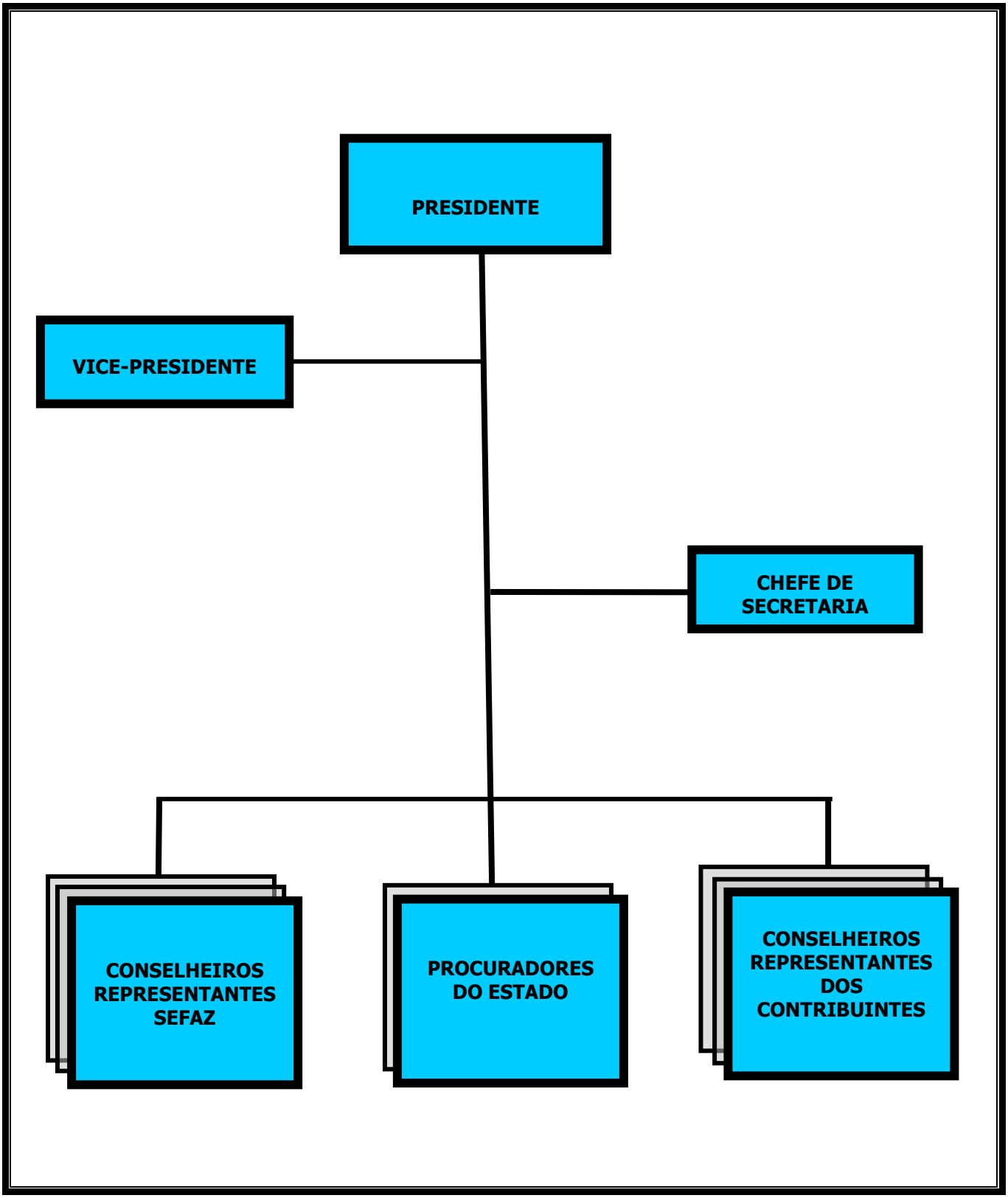


Gráfico 04

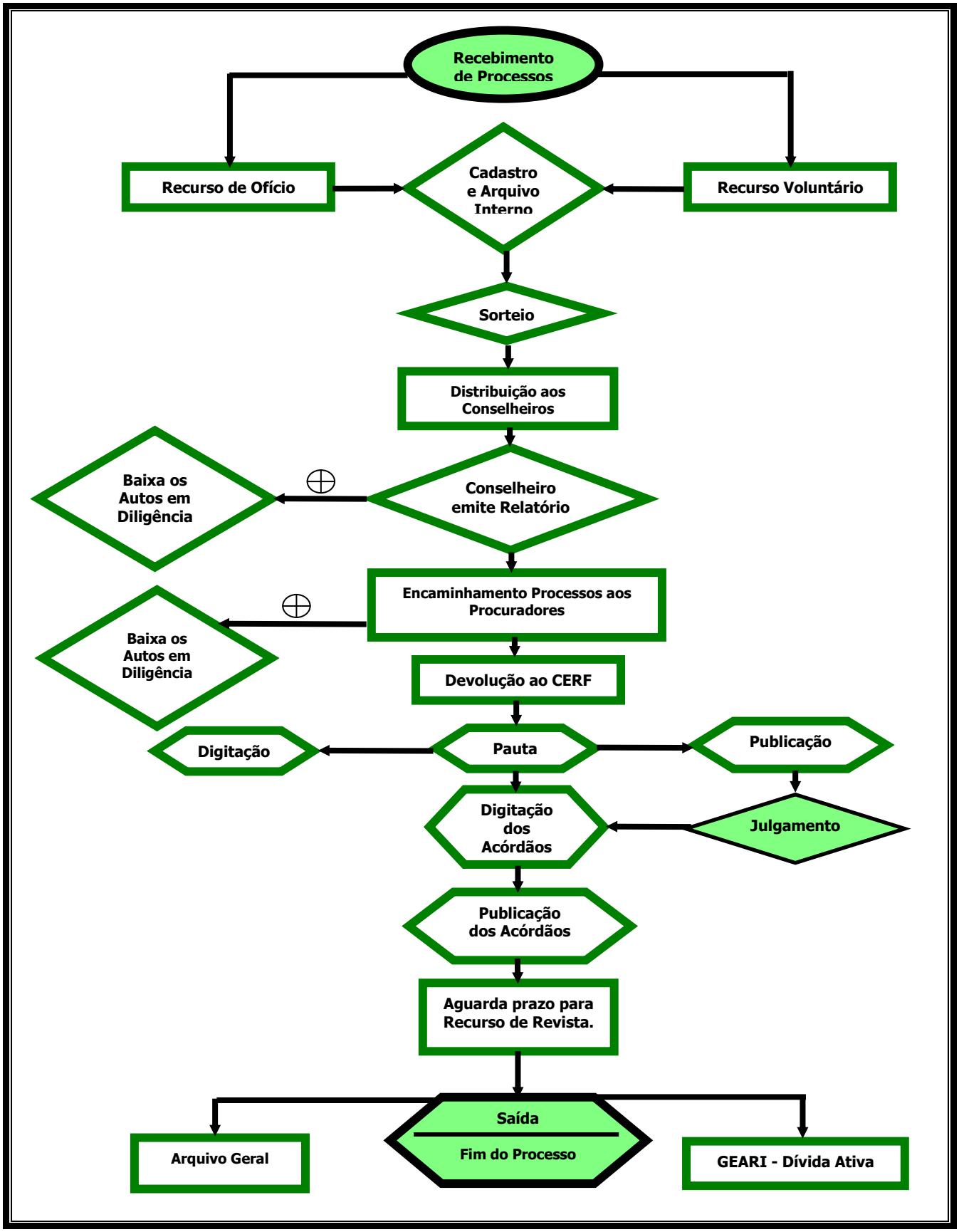
4. ANEXOS

4.1 ORGANOGRAMA DO CERF

(Conforme Regimento Interno, aprovado pelo Decreto N.º 1.353-R de 13/07/2004)



4.2 FLUXOGRAMA DO CERF



4.3 MISSÃO E ATRIBUIÇÕES DO CERF

- MISSÃO -

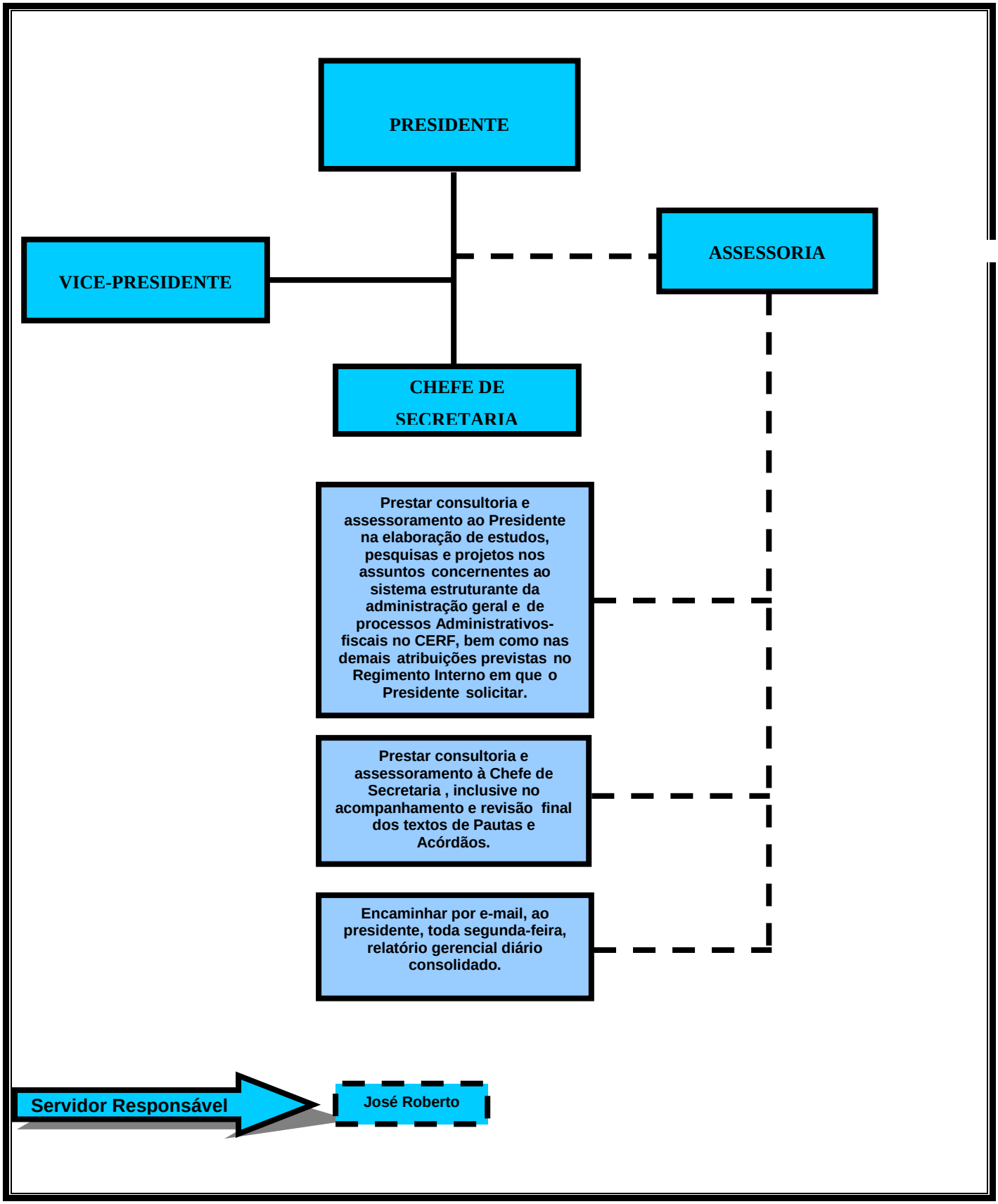
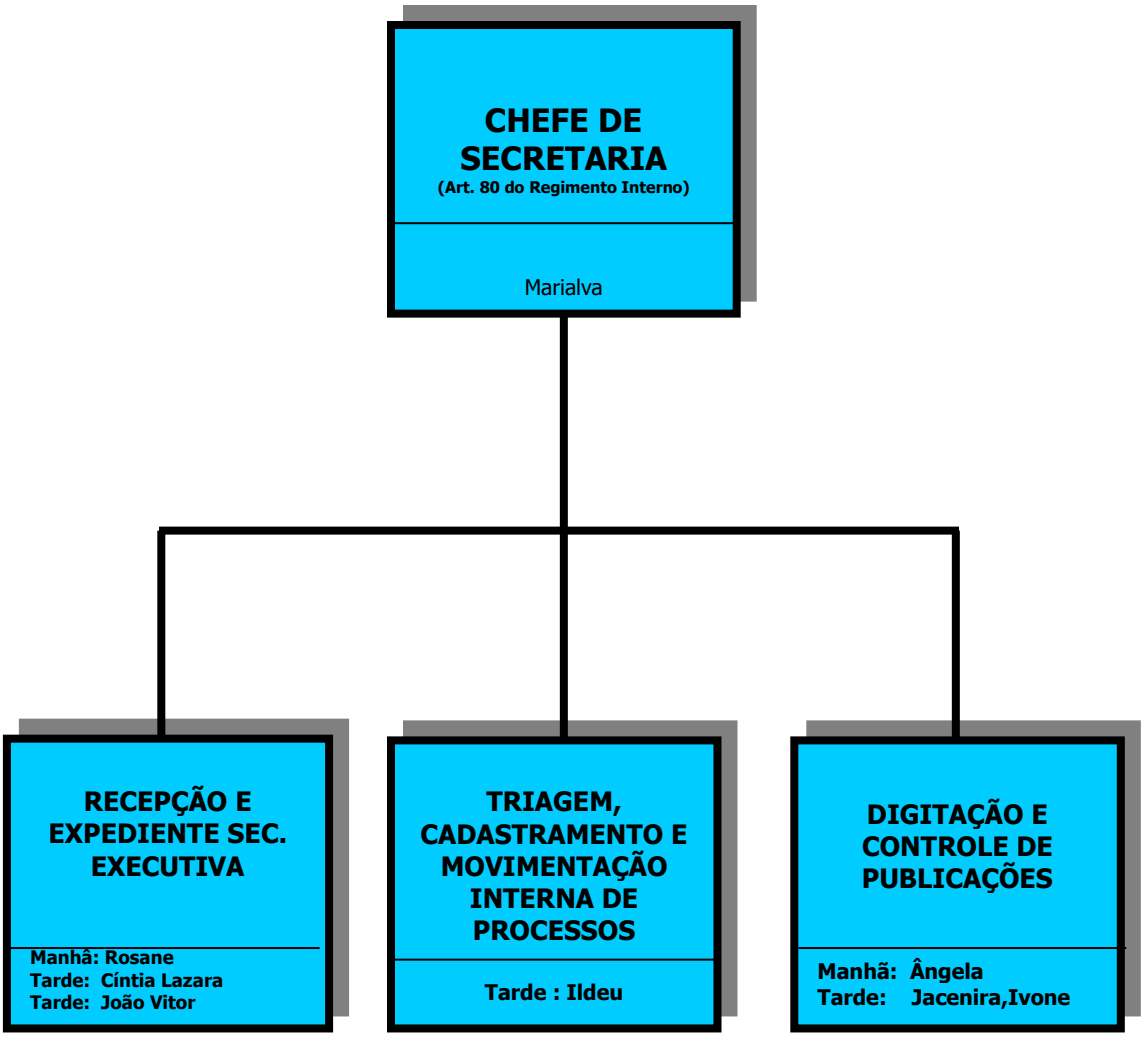
- **Julgar em última instância administrativa recursos das decisões sobre lançamento de tributos e penalidades por infração à legislação tributária.**

-ATRIBUIÇÕES DO CERF-

(Conforme Regimento Interno, aprovado pelo Decreto N.º 1.353-R de 13/07/2004)

- Julgar em última instância administrativa recursos das decisões sobre lançamento de tributos e penalidades por infração à legislação tributária;
- Julgar da perempção dos recursos;
- Elaborar o seu Regimento Interno, "ad referendum" do Secretário de Estado da Fazenda, que o submeterá ao Governador do Estado;
- Dirimir dúvidas quanto à interpretação do seu Regimento;
- Sugerir ao Secretário de Estado da Fazenda projetos de lei e de regulamento ou quaisquer medidas tendentes ao aperfeiçoamento da legislação e da justiça administrativa fiscal ou à conciliação dos interesses dos contribuintes com os da Fazenda Pública;
- Aprovar súmulas.

4.4 ASSESSORIA



4.5 ORGANOGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CERF